

# Política econômica pode mudar a partir de 89

O dilema do Governo está em continuar com a recessão ou expandir e aumentar o déficit

## ALTERNATIVAS PARA A ECONOMIA

### EXPANSÃO

Fortalecer o mercado interno, em função de possíveis mudanças na política econômica dos Estados Unidos

### CONSEQUÊNCIAS

Aumento do déficit público, dificultando futuros acordos com o FMI e com os bancos credores

### RECESSÃO

Continuar com a atual política de restrição interna, conforme orientação do Fundo Monetário Internacional

### CONSEQUÊNCIAS

Mais retração e, consequentemente, o Governo poderá perder o controle da situação

CÉSAR FONSECA  
Da Editoria de Economia

Os economistas do Ministério do Planejamento estão trabalhando com dois cenários para a economia brasileira, a partir do próximo ano até 1991: um que admite a recessão, outro que prevê expansão moderada das atividades econômicas. O primeiro trabalha com a hipótese de o Governo continuar com a atual política de restrição interna, seguindo à risca a terapia ditada pelo Fundo Monetário Internacional; e a segunda antevê a estratégia de fortalecimento do mercado interno para contrapor às restrições externas previstas com a possível alteração na política econômica norte-americana — a partir de 1989 — de privilegiar o combate ao déficit comercial dos Estados Unidos, através de rígido protecionismo contra parceiros comerciais.

As dificuldades previstas pe-

los economistas sobre o comportamento da economia brasileira levam em consideração um cenário pessimista quanto ao comportamento da economia dos sete países mais ricos do mundo, no período 1989/91. O Produto Interno Bruto desses países cresceriam 2,2 por cento no período, a taxa de juros — libor — ficaria em 7 por cento e a inflação norte-americana em 3 por cento. Nesse contexto, a desvalorização do dólar seria de 15 por cento, em média, para tentar manter inalterados as exportações. Mas, é previsível que, para conter as pressões inflacionárias nos Estados Unidos, decorrentes da contenção das importações, as taxas de juros — prime rate — subam até o patamar dos 10 a 11 por cento, fato que imporá grandes perdas ao Brasil, com o encarecimento da dívida externa.

A eleição presidencial no próximo ano será o grande obstáculo à continuidade da política

de restrição interna das atividades econômicas, como ocorre no momento. Caso o Governo não possa continuar implementando a política atual, seja por pressões internas ou por injunções externas de uma previsível estratégia protecionista norte-americana, a alternativa será a de permitir a expansão moderada do consumo, conjugada com uma política de liberação de importações ao mesmo tempo que será incrementada a privatização das empresas estatais.

Os economistas do Governo estão tateando, ainda, no escuro. A opção entre recessão ou expansão está na mesa, mas, na verdade, não se sabe qual das duas será aplicada. Recessão não contribuirá para manter o poder político sob controle do Governo e a expansão implicará em aumento do déficit, contribuindo para impedir a implementação do acordo com o FMI e credores.